

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DIGNÍSSIMA COMISSÃO DO MUNICÍPIO DE GUARARÁ - MG.**

**REFERÊNCIA:**

**PREGÃO PRESENCIAL: 006/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO. 13/2024**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

A EMPRESA **COMERCIAL MONTEVERDE LTDA, CNPJ N.º 42.098.167/0001- 87**, COM SEDE RUA OSORIO DE ALMEIDA, Nº 401, BAIRRO POÇO RICO, NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, ESTADO DE MINAS GERAIS, REPRESENTADA PELO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL, **SR. GUILHERME LOVAGLIO RIBEIRO**, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº MG-16.495.703 SSP, CPF Nº 117.041.856-29, VEM RESPEITOSAMENTE À ILUSTRE PRESENÇA DE V. EXA., FUNDAMENTADO NAS DISPOSIÇÕES DO ART. 165, PARÁGRAFO 4º, DA LEI N. 14.133/2021, TEMPESTIVAMENTE, APRESENTAR

### **CONTRARRAZÕES A RECURSO ADMINISTRATIVO**

INTERPOSTO PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA **MARCELO LEITE A. LOBO – ME, CNPJ N.º 12233779/000174**, NOS AUTOS DO PROCESSO EM EPÍGRAFE, O QUAL SOLICITA A RECONSIDERAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO QUE DESCLASSIFICOU SUA PROPOSTA PARA OS ITENS 55, 56E 57, CONSIDERANDO QUE O RECORRENTE NÃO APRESENTOU A AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO EMITIDA PELA ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE (AFE) (APRESENTADA PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS SANEANTES CONFORME RDC 16/2014).

PARA FAZER VALER SUA TESE, O RECORRENTE COLACIONA TRECHOS DO SITE DA ANVISA QUE TRATA DE ASSUNTOS RELACIONADOS AO TEMA EM DEBATE.

AO FINAL ARREMATADA, ARGUMENTANDO *“SE TRATAR DE UM SANEANTE DE BAIXO RISCO E TAMBÉM DE VENDA LIVRE PERANTE A ANVISA AGÊNCIA QUE REGULAMENTA OS SANEANTES, POIS A AFE É EXIGIDA SOMENTE PARA PRODUTOS SANEANTES DE RISCO II”*.

UMA VEZ QUE NO OBJETO DA LICITAÇÃO EXISTEM PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, COSMÉTICOS E CORRELATOS, EXISTE UMA LEI ESPECIAL QUE OBRIGA AS EMPRESAS A POSSUÍREM A AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (AFE) DA ANVISA.

PARA O FUNCIONAMENTO DAS EMPRESAS QUE PRETENDEM EXERCER ATIVIDADES DE EXTRAIR, PRODUZIR, FABRICAR, TRANSFORMAR, SINTETIZAR, EMBALAR, REEMBALAR, IMPORTAR, EXPORTAR, ARMAZENAR, EXPEDIR, DISTRIBUIR, CONSTANTES DA LEI NO 6.360/76, DECRETO NO 79.094/77 E LEI NO 9.782/99, DECRETO NO 3.029/99, CORRELACIONADAS À PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, HIGIENE, COSMÉTICOS, PERFUMES É NECESSÁRIO A AUTORIZAÇÃO DA ANVISA, ÓRGÃO VINCULADO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

A LEI NO 9.782/99 TEM A SEGUINTE REDAÇÃO:

ART. 7º - COMPETE À AGÊNCIA PROCEDER À IMPLEMENTAÇÃO E À EXECUÇÃO DO DISPOSTO NOS INCISOS II A VII DO ART. 20 DESTA LEI, DEVENDO,

VII - AUTORIZAR O FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DE FABRICAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DOS PRODUTOS MENCIONADOS NO ART. 8º DESTA LEI E DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS;

DEVEM-SE, PORTANTO:

ART. 8º INCUMBE À AGÊNCIA, RESPEITADA A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, REGULAMENTAR, CONTROLAR E FISCALIZAR OS PRODUTOS E SERVIÇOS QUE ENVOLVAM RISCO À SAÚDE PÚBLICA.

III – COSMÉTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E PERFUMES;

IV - SANEANTES DESTINADOS À HIGIENIZAÇÃO, DESINFECÇÃO OU DESINFESTAÇÃO EM AMBIENTES DOMICILIARES, HOSPITALARES E COLETIVOS;

VI - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E HEMOTERÁPICOS E DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL E POR IMAGEM;

XI - QUAISQUER PRODUTOS QUE ENVOLVAM A POSSIBILIDADE DE RISCO À SAÚDE, OBTIDOS POR ENGENHARIA GENÉTICA, POR OUTRO PROCEDIMENTO OU AINDA SUBMETIDOS A FONTES DE RADIAÇÃO.

DEVIDO AO RISCO A SAÚDE DE QUEM FAZ USO DESTES PRODUTOS, EXISTE UM ÓRGÃO QUE REGULAMENTA AS ATIVIDADES REFERENTES AOS MESMOS QUE É A ANVISA. PERCEBE-SE, CLARAMENTE, QUE AS EMPRESAS QUE COMERCIALIZAM ESTES PRODUTOS, SEJAM ELAS INDÚSTRIA OU ATÉ MESMO DISTRIBUIDORES, TEM A OBRIGATORIEDADE DE POSSUIR A AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA ANVISA.

LEI ESTADUAL/MG 13.317 DE 24/09/1999:

ART. 82 - PARA OS EFEITOS DESTA LEI. CONSIDERAM-SE ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇO DE INTERESSE DA SAÚDE:

I - OS QUE PRODUZEM, BENEFICIAM, MANIPULAM, FRACIONAM, EMBALAM, REEMBALAM, ACONDICIONAM, CONSERVAM, ARMAZENAM, TRANSPORTAM, DISTRIBUEM, IMPORTAM, EXPORTAM, VENDEM OU DISPENSAM:

A) MEDICAMENTOS, DROGAS, IMUNOBIOLÓGICOS, PLANTAS MEDICINAIS, INSUMOS FARMACÊUTICOS E CORRELATOS;

B) PRODUTOS DE HIGIENE, SANEANTES, DOMISSANITÁRIOS E CORRELATOS;

C) PERFUMES, COSMÉTICOS E CORRELATOS;

D) ALIMENTOS, BEBIDAS, MATÉRIAS-PRIMAS ALIMENTARES, PRODUTOS DIETÉTICOS, ADITIVOS, COADJUVANTES, ARTIGOS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO CONTATO COM ALIMENTOS;"

É VÁLIDO MENCIONAR QUE, CASO O LICITANTE EXERÇA COMÉRCIO DESTES MATERIAIS SEM O DEVIDO ALVARÁ, A LEGISLAÇÃO ESTADUAL INFORMA O SEGUINTE;

ART. 99 - CONSTITUEM INFRAÇÕES SANITÁRIAS, RESSALVADAS AS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO FEDERAL E SEM PREJUÍZO DO DISPOSTO NO ART 98 DESTA LEI:

I - CONSTRUIR, INSTALAR OU FAZER FUNCIONAR, SEM AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, AUTORIZAÇÃO ESPECIAL OU ALVARÁ SANITÁRIO EMITIDO PELOS ÓRGÃOS SANITÁRIOS COMPETENTES, OS ESTABELECIMENTOS SUJEITOS AO CONTROLE SANITÁRIO DEFINIDOS NESTA LEI, O QUE SUJEITA O INFRATOR À PENA DE:

- A) ADVERTÊNCIA;
- B) INTERDIÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO ESTABELECIMENTO, DA ATIVIDADE OU DO PRODUTO;
- C) CANCELAMENTO DO ALVARÁ SANITÁRIO;
- D) CASSAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO OU DA AUTORIZAÇÃO ESPECIAL;
- E) MULTA;

SE A EMPRESA VENDE ESTES PRODUTOS, NO MÍNIMO DEVE-SE ESPERAR COM QUE CUMpra COM O NECESSÁRIO DENTRO DAS FORMAS LEGAIS. A EMPRESA SENDO UMA FORNECEDORA DESTES PRODUTOS HÁ DE CUMPRIR COM CADA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA SEUS PRODUTOS.

A LEI DE LICITAÇÕES TEM COMO PRINCÍPIOS, DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. A ISONOMIA E LEGALIDADE, CONFORME A SEGUIR:

ART. 3º A LICITAÇÃO DESTINA-SE A GARANTIR A OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA, A SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL E SERÁ PROCESSADA E JULGADA EM ESTRITA CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE, DA MORALIDADE, DA IGUALDADE, DA PUBLICIDADE, DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO 3/4ETIVO E DOS QUE LHES SÃO CORRELATOS.

DE ACORDO COM O EMINENTE MESTRE MARÇAL JUSTEN FILHO, OS PRINCÍPIOS SÃO DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA. SENÃO VEJAMOS.

O CONCEITO DE PRINCÍPIO FOI EXAUSTIVAMENTE EXAMINADO POR CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, QUANDO AFIRMOU

QUE É "O MANDAMENTO NUCLEAR DE UM VERDADEIRO ALICERCE DELE, DISPOSIÇÃO FUNDAMENTAL QUE SE IRRADIA SOBRE DIFERENTES NORMAS COMPONDO-LHES O ESPÍRITO E SERVINDO DE CRITÉRIOS PARA SUA EXATA COMPREENSÃO E INTELIGÊNCIA, EXATAMENTE POR DEFINIR A LÓGICA E A RACIONALIDADE DO SISTEMA NORMATIVO, NO QUE CONFERE A TÔNICA E LHE DÁ SENTIDO HARMÔNICO" (1). DEVE LEMBRAR-SE QUE A RELEVÂNCIA DO PRINCÍPIO NÃO RESIDE NA SUA NATUREZA ESTRUTURAL, MAS NAS SUAS APTIDÕES FUNCIONAIS. VALE DIZER, O PRINCÍPIO É RELEVANTE PORQUE IMPREGNA TODO O SISTEMA, IMPONDO AO CONJUNTO DE NORMAS CERTAS DIRETRIZES AXIOLÓGICAS. O PRINCÍPIO É IMPORTANTE NÃO EXATAMENTE POR SER A "ORIGEM" DAS DEMAIS NORMAS, MAS PORQUE TODAS ELAS SERÃO INTERPRETADAS E APLICADAS À LUZ DELE. QUANDO SE IDENTIFICA O PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DO ORDENAMENTO JURÍDICO, ISOLA-SE O SENTIDO QUE POSSUEM TODAS AS NORMAS DELE INTEGRANTE.

MARÇAL AINDA APONTA QUE:

O ART. 30 SINTETIZA O ESPÍRITO DA LEI, NO ÂMBITO DA LICITAÇÃO. HAVENDO DÚVIDA SOBRE O CAMINHO A ADOTAR OU A OPÇÃO A PREFERIR, O INTERPRETE DEVERÁ A ESSE DISPOSITIVO. DENTRE DIVERSAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS, DEVERÃO SER REJEITADAS AS INCOMPATÍVEIS COM OS PRINCÍPIOS DO ART. 3º. SE EXISTIR MAIS DE UMA SOLUÇÃO COMPATÍVEL COM DITOS PRINCÍPIOS DEVERÁ PREVALECER AQUELA QUE ESTEJA MAIS DE ACORDO COM ELES OU QUE OS CONCRETIZE DE MODO MAIS INTENSO E AMPLO. ESSA DIRETRIZ DEVE NORTEAR A ATIVIDADE DO ADMINISTRADOR QUANTO DO PRÓPRIO PODER JUDICIÁRIO. O ADMINISTRADOR, NO CURSO DAS LICITAÇÕES, TEM DE SUBMETTER-SE A ELES. O JULGADOR, AO APRECIAR CONFLITOS DERIVADOS DE LICITAÇÕES, ENCONTRARÁ A SOLUÇÃO ATRAVÉS DESSES PRINCÍPIOS, MAS RESPEITANDO AS REGRAS ADOTADAS.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ESTABELECE QUE:

ART. 37 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DE QUALQUER DOS PODERES DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS AOS PRINCÍPIOS DE LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIAS, E TAMBÉM AO SEGUINTE, - RESSALVADOS OS CASOS ESPECIFICADOS NA LEGISLAÇÃO, AS OBRAS, SERVIÇOS, COMPRAS E ALIENAÇÕES - SERÃO CONTRATADOS MEDIANTE PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA QUE ASSEGURE IGUALDADE DE CONDIÇÕES A TODOS OS CONCORRENTES, COM CLÁUSULAS QUE ESTABELECEM OBRIGAÇÕES DE PAGAMENTO, MANTIDAS AS CONDIÇÕES EFETIVAS DA PROPOSTA, NOS TERMOS DA LEI, O QUAL SOMENTE PERMITIRÁ AS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA INDISPENSÁVEL À GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.

UMA VEZ QUE A AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (AFE) E ALVARÁ SANITÁRIO NÃO SÃO SOLICITADOS, ELA FERE O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, POIS EXISTE UMA LEI QUE OBRIGA FABRICANTES, DISTRIBUIDORES OU AFINS A POSSUIR A MESMA E PORTANTO DEVERIA SER SOLICITADA. E FERE TAMBÉM O PRINCÍPIO DA ISONOMIA A PARTIR DO MOMENTO EM QUE UM LICITANTE LEGALMENTE QUALIFICADO, COMPETE EM NÍVEL DE IGUALDADE, COM OUTRO EM SITUAÇÃO DE ILEGALIDADE.

SENDO ASSIM, TRATA-SE DE OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NA LEI DE LICITAÇÕES E NA PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO FEDERAL EXIGIR AQUILO QUE SEJA INDISPENSÁVEL AO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES. LOGO, DEVERÁ SER EXIGIDO O MÍNIMO NECESSÁRIO PARA QUE NÃO SE PERMITA QUE EMPRESAS QUE SEQUER POSSAM EXECUTAR O OBJETO, PARTICIPEM DO CERTAME.

**A RESOLUÇÃO RDC N O 16, DE 10 DE ABRIL DE 2014. QUE DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA POSICIONAMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (AFE) E AUTORIZAÇÃO ESPECIAL (AE) DE EMPRESAS, TAMBÉM TRATA SOBRE O COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS QUE ESTÃO SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA. A NORMA DEFINIU O DISTRIBUIDOR OU COMERCIANTE ATACADISTA DE SANEANTES, COMO SENDO A EMPRESA QUE REALIZA A COMERCIALIZAÇÃO DESSES PRODUTOS, EM QUAISQUER QUANTIDADES, PARA PESSOAS JURÍDICAS OU A PROFISSIONAIS PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES (INFORME TÉCNICO N° 20 DE 01/02/2015).**

**OU SEJA, ATÉ MESMO UM VAREJISTA QUANDO POSSUI INTERESSE DE EXERCER A FUNÇÃO DE UM DISTRIBUIDOR (ATACADISTA), DEVERÁ SE ENQUADRAR NAS MESMAS CONDIÇÕES E POSSUIR A AFE. UTILIZANDO-SE DE UM QUESTIONAMENTO MAIS APROFUNDADO, POR QUAL MOTIVO 2 (DUAS) EMPRESAS, SENDO UMA VAREJISTA E OUTRA ATACADISTA, EXERCENDO A MESMA FUNÇÃO QUE É DE ARMAZENAR E TRANSPORTAR, UMA SERIA DESOBRIGADA DE POSSUIR TAL DOCUMENTAÇÃO.**

**O TCE NA DENÚNCIA JÁ MENCIONADA TEM A SEGUINTE REDAÇÃO:**

**“EM SE TRATANDO DE CONTRATO” DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EMPRESA FORNECEDORA DO RAMO, FICA CONFIGURADA O COMÉRCIO POR ATACADO, POR ESTAR SENDO**

**REALIZADO ENTRE PESSOAS JURÍDICAS, CONFORME ALUDIDO NO INCISO VI, ART. 2º DA RESOLUÇÃO ANVISA Nº 16/2017.**

**O QUE DESENQUADRA AUTOMATICAMENTE QUALQUER LICITANTE DE UM VAREJISTA PARA ANVISA. O QUE A ANVISA FAZ É EXIMIR A ATIVIDADE VAREJISTA DE POSSUIR AFE E NÃO AS EMPRESAS QUE POSSUEM EM SEU CONTRATO SOCIAL O OBJETO DE COMÉRCIO VAREJISTA MAS EXERCEM ATIVIDADE EQUIPARADA A UM ATACADISTA. A ANVISA NÃO SE BASEIA SOMENTE NO OBJETO DESCRITO NO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA MAS SIM NO CONJUNTO DO OBJETO COM A ATIVIDADE EXERCIDA.**

DIANTE DO EXPOSTO É DE RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS TITULARES DE REGISTRO A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE, SEGURANÇA E EFICÁCIA DOS PRODUTOS ATÉ O CONSUMIDOR FINAL, PARA EVITAR RISCOS E EFEITOS ADVERSOS A SAÚDE HUMANA, INCLUINDO TODOS OS AGENTES ATUANTES DESDE A PRODUÇÃO AO CONSUMO DE MANEIRA SOLIDÁRIA. ESTA É A ÚNICA FORMA DO MUNICÍPIO GARANTIR A SEGURANÇA E QUALIDADE DOS PRODUTOS A SEREM ADQUIRIDOS, VISTO QUE CASO CONTRÁRIO HAVERÁ PREJUÍZO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SENTIDO DE SUJEITAR OS SERVIDORES E TODO O LOCAL A PRODUTOS DE RISCO À SAÚDE.

DIANTE DISSO, A AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA ANVISA, EM HIPÓTESE ALGUMA, PODERÁ DEIXAR DE SER SOLICITADA COMO DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO EDITAL EM QUESTÃO CONFORME ART 2º, INCISO VI DA RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 16, DE 1º DE ABRIL DE 2014. A EXIGÊNCIA SE DÁ EM FUNÇÃO DO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO SENTIDO DE QUE “A EXIGÊNCIA DA AFE EMITIDA PELA ANVISA NÃO RESTRINGE A COMPETITIVIDADE NOS CERTAMES LICITATÓRIOS” (TCE- MG - DENÚNCIA: 1007383, RELATOR: CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA, 29ª SESSÃO ORDINÁRIA. DATA DE JULGAMENTO: 05/10/2017). NO MESMO SENTIDO, O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU - REPR: 01854920160, RELATOR: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO, DATA DE JULGAMENTO: 03/08/2016) E O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ - AGRG NO ARESP 458436RS – SEGUNDA TURMA - MINISTRO HUMBERTO MARTINS - DJE 02042014).

POIS BEM, EM QUE PESE AS RAZÕES EXPENDIDAS PELO RECORRENTE, SEU RECURSO NÃO MERECE PROSPERAR. CONSIDERANDO QUE, A CORTE DE CONTAS MINEIRA, EM JULGADO<sup>1</sup> DATADO DO ANO DE 2022, RECOMENDOU E RECOMENDA QUE OS GESTORES “FAÇAM CONSTAR NO ATO CONVOCATÓRIO A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (AFE) EXPEDIDA PELA ANVISA, PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DO RAMO PERTINENTE A COSMÉTICOS, HIGIENE PESSOAL E UTROS CORRELATOS<sup>2</sup>.

POSTA ASSIM A QUESTÃO É DE SE DIZER QUE, CASO SE MANTENHA A CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS EM DEBATE EM FAVOR DA RECORRIDA, ESTA COMISSÃO ESTARÁ INDO NA CONTRAMÃO DE DIREÇÃO DO ENTENDIMENTO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS.

DIANTE DESTAS CONSIDERAÇÕES, O RECURSO ORA INTERPOSTO POR **MARCELO LEITE A. LOBO – ME**, NÃO MERECE PROSPERAR, EM RAZÃO DA VEDAÇÃO LEGAL EM ADMITIR, *IN CASU*, CONDIÇÕES QUE COMPROMETAM E FRUSTREM O CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME.

DE SORTE QUE, COM FUNDAMENTO NAS RAZÕES PRECEDENTEMENTE ADUZIDAS, REQUER-SE O DESPROVIMENTO DO RECURSO ORA INTERPOSTO, PERMANECENDO COM A DESCLASSIFICAÇÃO DOS ITENS 55, 56 E 57, EM DESFAVOR DO RECORRENTE.

# COMERCIAL MONTEVERDE

NESTES TERMOS  
P. DEFERIMENTO

DE JUIZ DE FORA - MG PARA GUARARÁ - MG, 4 DE JUNHO DE 2024.



COMERCIAL MONTEVERDE LTDA  
CNPJ: 42.098.167/0001-87  
GUILHERME LOVAGLIO RIBEIRO

Comercial Monteverde LTDA – Tel.: (32) 9 9965-8582  
Rua Osório de Almeida, 401 - Poço Rico - Juiz de Fora - Cep: 36020 - 020 - MG  
E - mail: [comercialmonteverdejf@gmail.com](mailto:comercialmonteverdejf@gmail.com) - CNPJ: 42.098.167/0001-87